

# MINISTÉRIO DA CIDADANIA

**ANEXO I**

# TERMO DE ACEITE PARA RECEBIMENTO DE CESTAS EMERGENCIAIS

O (Município/Estado de ), (do Estado de ), neste ato representado pelo(a) Prefeito(a)/Governador(a), o(a) Sr(a) , manifesta interesse em participar da AÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS, nos termos da Portaria MC nº 618/2021, comprometendo-se a observar a legislação aplicável bem como os termos e as condições a seguir aduzidas.

## TERMOS E CONDIÇÕES

**Cláusula Primeira:** O Município/Estado solicitante se compromete a executar as ações necessárias para a distribuição das cestas emergenciais de alimentos, nos termos deste Instrumento, da Portaria MC nº 618/2021 e da legislação aplicável.

**Cláusula Segunda:** Com a finalidade de otimizar tempo de resposta e logística para o atendimento das demandas por cestas emergenciais, o Ministério da Cidadania dividiu o país em 7 regiões e 55 municípios-polos onde serão entregues as cestas emergenciais doadas pelo Ministério e onde deverão ser retirados os alimentos pelos entes federativos solicitantes das cestas, conforme tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **REGIÃO** | **ESTADOS** | **MUNICÍPIOS-POLO** |
| **NORTE 1** | ACRE | Rio Branco |
| Cruzeiro do Sul |
| AMAZONAS | Manaus |
| Parintins |
| Barcelos |
| Humaitá |
| Tabatinga |
| RONDÔNIA | Porto Velho |
| Vilhena |
| RORAIMA | Boa Vista |
| **NORTE 2** | AMAPÁ | Macapá |
| PARÁ | Belém |
| Santarém |
| TOCANTINS | Palmas |
| MARANHÃO | São Luís |
|  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Imperatriz |
| Codó |
| **CENTRO-OESTE** | MATO GROSSO | Cuiabá |
| MATO GROSSO DO SUL | Campo Grande |
| Dourados |
| GOIÁS | Goiânia |
| **NORDESTE 1** | BAHIA | Salvador |
| Vitória da Conquista |
| Juazeiro |
| Irecê |
| SERGIPE | Aracajú |
| ALAGOAS | Maceió |
| Arapiraca |
| **NORDESTE 2** | PARAÍBA | João Pessoa |
| Patos |
| PERNAMBUCO | Recife |
| Petrolina |
| RIO GRANDE DO NORTE | Natal |
| CEARÁ | Maracanaú |
| Crato |
| Crateús |
| PIAUÍ | Teresina |
| Parnaíba |
| **SUDESTE** | SÃO PAULO | Campinas |
| ESPÍRITO SANTO | Vitória |
| RIO DE JANEIRO | Rio de Janeiro |
| MINAS GERAIS | Belo Horizonte |
| Montes Claros |
| Uberlândia |
| Juiz de Fora |
| **SUL** | RIO GRANDE DO SUL | Porto Alegre |
| Pelotas |
| Passo Fundo |
| Santa Maria |
| SANTA CATARINA | Florianópolis |
| Chapecó |
| Joinville |
| PARANÁ | Curitiba |
| Londrina |
| Cascavel |

## Cláusula Terceira - Das obrigações do ente federativo solicitante

* 1. Compete ao ente solicitante, sem prejuízo de outras ações que se façam necessárias à plena execução da distribuição:
     1. – indicar o setor (secretaria, diretoria, coordenação ou outro) do município/Estado responsável pela gestão, coordenação e distribuição dos gêneros alimenticios;
     2. - indicar servidor(a) para coordenação geral da ação de distribuição, que deverá acompanhar e fiscalizar a retirada das cestas e entregar ao público beneficiário, bem como prestar contas

da ação;

* + 1. – identificar as famílias mais vulneráveis, em situação de insegurança alimentar e

nutricional, que receberão as cestas emergenciais;

* + 1. - indicar a quantidade de cestas de alimentos que pretende distribuir;
    2. - se responsabilizar pela logística de transporte e acondicionamento para retirada das cestas emergenciais no local (município-polo) indicado pelo Ministério da Cidadania, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos da entrega dos alimentos pela empresa contratada pelo Ministério;
    3. - indicar o local para o armazenamento das cestas até que sejam distribuídas;
    4. – manter a guarda da relação de beneficiários a serem contemplados com as cestas emergenciais, contendo nome, NIS ou CPF e a assinatura dos recebedores;
    5. - distribuir gratuitamente os alimentos, mantendo a identificacão com a logomarca do Governo Federal, estando a sua violação sujeita às sanções;
    6. – repassar informações e toda documentação necessária ao conselho de assistência social para que possa acompanhar e fiscalizar a ação de distribuição das cestas;
    7. – prestar contas da ação ao Ministério da Cidadania, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos após distribuição dos alimentos, por meio de Relatório de Execução acompanhado da relação de beneficiários;
    8. – apresentar ao Ministério da Cidadania demais informações que se fizerem necessárias.
  1. Em função da urgência e emergência do atendimento à população necessitada, o ente federativo se compromete a distribuir as cestas de alimentos às famílias beneficiárias no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da retirada do alimento no município pólo.
  2. A responsabilidade pelos compromissos assumidos no presente Termo de Aceite é única e exclusiva do(a) Prefeito(a) ou Governador(a), conforme o caso, não se admitindo, em qualquer hipótese, a alegação de que a responsabilidade pelo seu descumprimento é de entidade ou pessoas admitidas para auxiliar na ação de distribuição de alimentos.
  3. Em hipótese alguma a Ação de Distribuição de Alimentos poderá ser utilizada para promoção pessoal ou política de qualquer pessoa, devendo ser atendidos o público beneficiário conforme Portaria MC nº 618/2021, independente de convicção religiosa, política ou filosófica, raça, sexo, cor, e quaisquer outras formas de discriminação.

## Cláusula Quarta – Do descumprimento do Termo de Aceite

4.1. O descumprimento deste Termo, quando verificado por Órgãos de Controle ou pelo Ministério da Cidadania, implicará a devolução em pecúnia correspondente ao valor das cestas emergenciais recebidas, ressalvadas as situações decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovadas.

4.2 O não ressarcimento dos valores acima citados implicará na inclusão da Prefeitura Municipal no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, nos termos da Lei n.º 10.522, de 19 de julho de 2002.

**Cláusula Quinta:** O presente Termo de Aceite não garante o recebimento das cestas emergenciais pleiteadas. O atendimento da demanda dependerá da disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério da Cidadania, bem como da disponibilidade de cestas previstas para cada região.

**Cláusula Sexta:** O(A) Prefeito(a)/Governador(a) declara aceitar, sem ressalvas, as condições constantes deste Termo e dos demais documentos relativos à Ação de Distribuição de Alimentos e estar ciente de suas obrigações no processo.

**Cláusula Sétima:** O foro para dirimir quaisquer questões oriundas da assinatura deste Termo de Aceite é o da Circunscrição Judiciária do Distrito Federal.

Nesses termos, esse ente federativo manifesta interesse em participar da Ação de Distribuição de Alimentos em caráter emergencial e complementar.

Assinatura e carimbo do Chefe do Poder Executivo do ente federativo:

Local e Data: